



tribunal  
de justiça  
do estado de goiás



*Desembargador Jeová Sardinha de Moraes*  
*6ª Câmara Cível*

AI 298898-24

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 298898-24  
(201292988983)**

**COMARCA DE RIO VERDE**

**AGRAVANTE: BANCO SANTANDER BRASIL S/A**  
**AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**RELATOR : DESEMBARGADOR JEOVÁ SARDINHA DE MORAES**

### **RELATÓRIO E VOTO**

**BANCO SANTANDER BRASIL S/A**, inconformado com a decisão monocrática proferida por esta relatoria às fls. 226/232, a qual, com base nas informações prestadas pela magistrada *a quo*, negou seguimento ao agravo de instrumento, fundado na ausência de requisito específico de admissibilidade recursal, ante o descumprimento do disposto no artigo 526, do Código de Processo Civil, requer a sua reconsideração.

Aduz que o conteúdo das informações prestadas se mostra completamente equivocado, haja vista ter a providência alvitada sido adotada tempestivamente pois, conforme os documentos acostados aos autos, o agravante interpôs o presente agravo de instrumento no dia 16 de agosto de 2012 (quinta-feira), tendo protocolizado a petição para dar conhecimento ao agravado da interposição do recurso e, também requerendo, eventualmente, a reconsideração da decisão pela juíza *a quo*, no dia 20 de agosto de 2012



tribunal  
de justiça  
do estado de goiás



*Desembargador Jeová Sardinha de Moraes*

*6ª Câmara Cível*

AI 298898-24

(segunda-feira), portanto, dentro do prazo estabelecido no artigo 526, do Código de Processo Civil.

Insta, ao final, pela reconsideração da decisão objurgada.

Preparo à f. 292.

**É o relatório. Passo ao voto.**

Conforme relatado, o agravante pretende a revisão da decisão que negou seguimento ao recurso de agravo de instrumento, em razão de não haver cumprido o disposto no artigo 526, do Código de Processo Civil.

Reexaminados os autos, vislumbro a existência de motivos suficientes que possam levar este Relator a alterar a decisão impugnada, no que concerne à negativa de seguimento ao recurso.

Observa-se dos autos que a petição de agravo de instrumento foi ajuizada em 16/08/2012 (quinta-feira) e que, conforme consta dos documentos carreados aos autos, fls. 246/249, a petição noticiadora da interposição do recurso foi protocolada em 20/08/2012 (segunda-feira).

É de trivial sabença, que o termo final de qualquer prazo processual nunca cairá em dia não-útil, ou em que não houver expediente normal do juízo. Dessa forma, considera-se prorrogado até o primeiro dia útil (art. 184, § 1º), se o vencimento cair em feriado, em dia que for determinado o fechamento do fórum, ou em que o expediente forense for encerrado antes da hora normal.



tribunal  
de justiça  
do estado de goiás



*Desembargador Jeová Sardinha de Moraes*

*6ª Câmara Cível*

AI 298898-24

Destarte, não há que se falar em protocolo extemporâneo, eis que o recorrente alcançou o requisito específico de admissibilidade para o conhecimento e apreciação do recurso, ante o cumprimento do disposto no artigo 526, do Código de Processo Civil.

Ante estas considerações reconsidero a decisão antes proferida e, por conseguinte, em atenção aos princípios da celeridade e economia processual, passo a apreciar o mérito do agravo de instrumento.

Infere-se dos autos que o Ministério Público, por meio de relatório encaminhado pelo Procon, tomou conhecimento de que algumas agências bancárias da cidade de Rio Verde-GO, inclusive o agravante, estavam descumprindo a Legislação Municipal que determina tempo máximo de permanência de clientes e usuários nas filas de atendimento, motivo pelo qual intentou Ação Civil Pública com pedido liminar, visando a prestação de serviço de forma adequada e eficaz pelo banco requerido.

A ilustre juíza monocrática, na decisão vergastada, deferiu o pedido de antecipação de tutela, nos termos do artigo 273, do Código de Processo Civil para determinar que o banco, ora agravante, efetue atendimento aos consumidores no prazo máximo de 25 minutos em dias normais e de 30 minutos nas vésperas e após feriados prolongados, nos termos do artigo 2º da Lei Municipal 5765/2010, fixando multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por cada descumprimento.

Irresignado, o agravante interpõe o presente recurso, em cujas razões, fls.02/13, após tecer uma breve síntese dos fatos, alega que a decisão agravada não estabelece critérios objetivos capazes de legitimar a incidência do artigo 461, parágrafo 4º do Código de Processo Civil.



tribunal  
de justiça  
do estado de goiás



*Desembargador Jeová Sardinha de Moraes*

*6ª Câmara Cível*

AI 298898-24

Defende que a imposição da multa se revela inoportuna pois, desde que notificado pelo Procon tem adotado providências concretas no sentido de realizar as adaptações necessárias para a adequação de suas instalações às condições estabelecidas pela Lei Municipal n.5.765/2010, e com isso disponibilizar novos canais de atendimento ao cliente, visando a diminuição do tempo de espera.

Ventila a irrazoabilidade e desproporcionalidade da multa diária fixada, em caso de descumprimento da decisão de primeiro grau.

Roga pela concessão de efeito suspensivo ao presente agravo, haja vista a demonstração da relevância da fundamentação e da possibilidade da decisão agravada, caso mantida, resultar em lesão grave e de difícil reparação.

Em arremate, postula a anulação da decisão hostilizada, ante a ilegalidade dos fundamentos que lastrearam a imposição da multa, ou a sua redução.

Pois bem. Antes de mais nada, impende salientar que o agravo de instrumento é um recurso *secundum eventus litis*, razão pela qual, em seu estreito âmbito limita-se o Tribunal de Justiça a analisar as questões que foram objeto da decisão agravada, vale dizer, deve pronunciar-se tão somente acerca do acerto ou desacerto do *decisum* fustigado, evitando-se, assim, a supressão de um grau de jurisdição.

Destarte, o âmbito do julgamento deste recurso fica restrito à análise do reexame da decisão liminar ora combatida, sem contudo, adentrar sobre qualquer questão de fundo atinente ao deslinde da ação originária.



tribunal  
de justiça  
do estado de goiás



*Desembargador Jeová Sardinha de Moraes*  
*6ª Câmara Cível*

AI 298898-24

Como visto, busca o agravante através do presente reclamo, ver reformada a decisão hostilizada que, nos autos da ação ação civil pública, concedeu ao autor/agravado liminar de antecipação da tutela, por entender presentes os requisitos previstos no art. 273, do Código de Processo Civil, ordenando que o recorrente cumpra as disposições estabelecidas na Lei Municipal nº 5.765/2010, sob pena de pagamento de multa fixada em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para cada evento de atraso no atendimento.

Desse modo, observo que a celeuma instalada nestes autos diz respeito à verificação da presença ou não dos pressupostos autorizadores para a concessão da medida antecipatória postulada e deferida perante o juízo *a quo*, ante o fundamento declinado na decisão fustigada no sentido de impor ao banco agravante a obrigação pretendida junto ao primeiro grau de jurisdição, mediante o cumprimento de determinadas condições para se alcançar substancial diminuição nas filas dos bancos no Município de Rio Verde, dentre eles o agravante.

Como é cediço, para concessão da antecipação dos efeitos da tutela, o julgador deve ficar adstrito aos requisitos elencados no art. 273, *caput* e inciso I, do CPC, quais sejam, a fumaça do bom direito, o perigo da demora na entrega da prestação jurisdicional, a prova inequívoca na qual se convença o julgador da verossimilhança da alegação e a existência de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

Analisando o presente álbum processual verifica-se que agiu com acerto a magistrada *a quo* ao conceder a tutela antecipada requerida, em decisão sucinta, mas, fundamentada, ao contrário do que alega o recorrente.



tribunal  
de justiça  
do estado de goiás



*Desembargador Jeová Sardinha de Moraes*  
*6ª Câmara Cível*

AI 298898-24

Isso porque, constata-se estarem presentes todos os requisitos autorizadores para a concessão da medida buscada pelo autor no bojo da ação deduzida na origem, valendo dizer, pelo menos por ora, que está devidamente demonstrada a prova inequívoca dos fatos articulados no âmbito da instância singular, bem como a verossimilhança do alegado, de modo que se encontra presente a plausibilidade do motivo invocado, como justificativa do deferimento quanto à medida antecipatória levada a efeito.

A prova inequívoca da verossimilhança da alegação, encontra-se configurada pois, a lei em que está fundamentada a pretensão contida na ação civil pública de obrigação de fazer está em plena vigência, devendo, portanto, serem observados e respeitados os seus comandos por todas as instituições financeiras, bancárias, que mantenham agências no Município de Rio Verde, como é o caso do agravante, sendo fato incontroverso o descumprimento reiterado das normas por parte deste (autos de infração).

A urgência do provimento se deve aos imediatos prejuízos gerados em face do insatisfatório atendimento que trazem danos de ordem física, pelo desgaste corporal e cansaço a que são submetidos os consumidores, principalmente quando se trata de idosos, gestantes e deficientes, em consequência das longas filas; e de ordem moral e psicológica, pelo constrangimento sofrido pelo tempo de espera, falta de funcionários para suprir a demanda e o mau acolhimento e recepção.

Diante disso, evidencia-se a presença dos pressupostos necessários para a concessão da tutela antecipada requerida, que se revela suficiente para confirmar a decisão agravada, que, como visto, apenas determinou o cumprimento de medidas previstas na lei municipal em vigor desde 30 de março de 2010.



tribunal  
de justiça  
do estado de goiás



*Desembargador Jeová Sardinha de Moraes*

*6ª Câmara Cível*

AI 298898-24

Destarte, estando demonstrados os requisitos ensejadores da antecipação de tutela vindicada, entendo que a magistrada *a quo* agiu acertadamente ao deferir a postulação formulada pelo agravado/requerente no curso da ação civil pública de obrigação de fazer ajuizada contra o banco, ora agravante.

A propósito a jurisprudência desta Corte de Justiça não destoia do entendimento aqui perfilhado:

**"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LIMINAR. REQUISITOS. 1 - Mostra-se correta a decisão que antecipa tutela em ação civil pública, privilegiando o interesse do consumidor, resguardado pela Constituição Federal, com base na robusta documentação carreada aos autos, devendo a instância revisora verificar, apenas, se houve abuso de poder ou qualquer nulidade que pudesse macular o ato. 2 - A multa diária fixada para compelir a parte a cumprir a determinação encontra-se perfeitamente respaldada pela legislação que rege a matéria, devendo ser mantida. agravo conhecido e improvido." (TJGO, 4ª Câ. Cível., A.I. nº 35704-6/180, Rel. Carlos Escher, D.J. Nº 14304 de 05/07/2004).**

"(...) Evidenciados os requisitos do



tribunal  
de justiça  
do estado de goiás



*Desembargador Jeová Sardinha de Moraes*

*6ª Câmara Cível*

AI 298898-24

artigo 273 do código de processo civil, que autorizam a concessão da tutela antecipada, impõe-se o deferimento da medida pleiteada. (...) **RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.**" (TJGO, 1ª Câm. Cível., A.I. nº 69297-9/180, Rel. Des. Leobino Valente Chaves, D.J. nº 296 de 17.03.2009) .

Portanto, entendo que a decisão antecipatória vergastada merece ser mantida, por ter vislumbrado nos autos provas inequívocas que demonstram a verossimilhança das alegações do órgão ministerial agravado no sentido de que o recorrente/réu de fato estaria agindo fora dos limites da legalidade, concluindo-se, pois, que acaso não coarctado poderia redundar em temerária restrição ao direito dos clientes/consumidores dos serviços prestados pelo banco agravante na cidade de Rio Verde.

Com relação a multa aplicada, segundo a orientação trazida pelos §§ 4º e 5º do art. 461, do Código de Processo Civil, é perfeitamente possível a aplicação de sanção coercitiva para constranger a parte ao cumprimento de decisão interlocutória, sempre que nela se impõe a observância de uma obrigação de fazer ou não fazer.

Por oportuno, trago à colação a redação do dispositivo citado:

Art. 461. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente





tribunal  
de justiça  
do estado de goiás



*Desembargador Jeová Sardinha de Moraes*

*6ª Câmara Cível*

AI 298898-24

o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

(...)

§ 4o O juiz poderá, na hipótese do parágrafo anterior ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando-lhe prazo razoável para o cumprimento do preceito.

§ 5o Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial.

Importante ressaltar que a aludida previsão ainda vem consignada no artigo que regulamenta a concessão da tutela antecipatória (art. 273 ), que em seu § 3º, faz alusão ao preceito acima transcrito, salientando que a norma ali contida deverá ser observada quando da antecipação em questão. Logo, não há falar em inadequação da penalidade pecuniária cominada.



tribunal  
de justiça  
do estado de goiás



*Desembargador Jeová Sardinha de Moraes*

*6ª Câmara Cível*

AI 298898-24

Nesse sentido, os julgados do Colendo Superior Tribunal de Justiça e desta Corte abaixo transcritos:

Na ação que tenha por objeto obrigação de fazer o juiz pode impor multa que assegure o resultado prático do adimplemento, fixando prazo razoável para cumprimento do preceito.(...) Conforme o disposto no artigo 461, § 4º, do Código de Processo Civil pode o juiz impor multa diária ao réu por descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer. (...).  
**( STJ. 3ª Turma. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 836.875/RS. Rel. Ministro Sidnei Benetti . DJ de 26/11/08.**

**"AÇÃO CAUTELAR INOMINADA. MEDIDA LIMINAR CUMPRIDA EM PARTE. PEDIDOS NÃO APRECIADOS PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. RECURSO SECUNDUM EVENTUM LITIS. MULTA ASTREINTE DIÁRIA. [...] 2. A condenação ao pagamento de multa diária astreinte é lícita e cabível quando a parte deixar de cumprir determinação judicial. Deixa-se de aplicá-la à partir do momento em que a parte sucumbente adimpe a obrigação judicial. AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO."**  
**(TJGO, AI 16530-39.2012.8.09.0000, Rel. DR(A). GERSON SANTANA CINTRA, 1ª CC, DJe de 20/04/2012)**



tribunal  
de justiça  
do estado de goiás



*Desembargador Jeová Sardinha de Moraes*

*6ª Câmara Cível*

AI 298898-24

**AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO NEGATÓRIA DE SEGUIMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. INEXISTÊNCIA DE FATO NOVO. AÇÃO DECLARATÓRIA. MULTA DIÁRIA - MANUTENÇÃO. PEDIDO DE EXCLUSÃO DA MULTA - PRECLUSO. ALEGAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE DE VERIFICAÇÃO. 1 - A fixação de multa para o eventual descumprimento de ordem judicial tem como objetivo impor, desde logo, penalidade ao infrator e compensação àquele a quem beneficiar a astreintes. O objetivo das astreintes não é obrigar o réu a pagar o valor da multa, mas obrigá-lo a cumprir a obrigação na forma específica. Uma vez fixada tal multa em patamar razoável, deve ser mantida. [...] Agravo Regimental conhecido e improvido." (TJGO, AI 380165-52.2011.8.09.0000, Rel. DES. GILBERTO MARQUES FILHO, 4ª CC, DJe de 18/01/2012)**

No que se refere ao *quantum* em questão, o arbitramento da aludida multa cominatória alcançou a importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada evento de atraso no atendimento, pelo que reputo razoável para a finalidade pretendida, razão pela qual deve ser mantido.

Sobre o assunto, eis a lição de Luiz Guilherme Marinoni:



tribunal  
de justiça  
do estado de goiás



*Desembargador Jevá Sardinha de Moraes*

*6ª Câmara Cível*

AI 298898-24

(...) A finalidade da multa é coagir o demandado ao cumprimento do fazer ou do não fazer. Constitui forma de pressão sobre a vontade do réu, destinada a convencê-lo a cumprir a ordem jurisdicional(...). **(MARINONI, Luiz Guilherme. Código de Processo Civil Comentado Artigo por Artigo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 429 e 431).**

A propósito trago a colação o seguinte julgado:

**AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CONSIGNATÓRIA C/C REVISIONAL E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. DECISÃO MONOCRÁTICA NOS TERMOS DO ARTIGO 557 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. I a IV omissis. V - MANUTENÇÃO DA MULTA DIÁRIA. POSSIBILIDADE.** Impõe-se a manutenção da multa diária fixada em decisão interlocutória, nos termos do § 6º do artigo 461 do CPC, uma vez que este valor se mostra razoável para a finalidade pretendida. VI - Ausência de Elemento Novo. Desprovimento. Não trazendo o recorrente nenhum elemento novo capaz de sustentar a pleiteada reconsideração da decisão fustigada, deve ser desprovido o agravo regimental. Agravo regimental



tribunal  
de justiça  
do estado de goiás



*Desembargador Jeová Sardinha de Moraes*

*6ª Câmara Cível*

AI 298898-24

conhecido e desprovido. Decisão monocrática mantida. (TJGO, 2ª CC. AGRAVO DE INSTRUMENTO 165793-82.2011.8.09.0000, Rel. DES. CARLOS ALBERTO FRANCA,, julgado em 31/05/2011, DJe 840 de 15/06/2011).

De tal forma, após apreciar os argumentos expendidos, não denoto qualquer razão para cassar ou modificar a antecipação dos efeitos da tutela concedida, posto que, conforme restou consignado, o ato não apresenta qualquer defeito.

Pelo exposto, nego provimento ao agravo, para manter incólume a decisão hostilizada por estes e seus próprios fundamentos.

É como voto

Goiânia, 16 de abril de 2013.

Desembargador **JEOVÁ SARDINHA DE MORAES**  
Relator

(343/k)



tribunal  
de justiça  
do estado de goiás



*Desembargador Jeová Sardinha de Moraes*  
*6ª Câmara Cível*

AI 298898-24

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 298898-24  
(2012929889830  
COMARCA DE RIO VERDE**

**AGRAVANTE: BANCO SANTANDER BRASIL S/A**  
**AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**RELATOR : DESEMBARGADOR JEOVÁ SARDINHA DE MORAES**

**EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TEMPO MÁXIMO DE PERMANÊNCIA NAS FILAS DOS BANCOS. TUTELA ANTECIPADA. PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA. MULTA COMINATÓRIA. POSSIBILIDADE.** 1. Reconsiderada a decisão antes proferida, a qual havia negado seguimento ao recurso fundado na ausência de requisito específico de admissibilidade recursal, possível a apreciação do mérito do agravo de instrumento em atenção aos princípios da celeridade e economia processual. 2. Evidenciados os requisitos do artigo 273, do Código de Processo Civil, que autorizam a concessão da tutela antecipada, impõe-se o deferimento da medida pleiteada. 3. O objetivo das astreintes não é obrigar o réu a pagar o valor da multa, mas obrigá-lo a cumprir a obrigação na forma específica. 4. Deve ser mantido o *quantum* da multa aplicada quando fixado em patamar razoável para a finalidade pretendida. **AGRAVO DE**



tribunal  
de justiça  
do estado de goiás



*Desembargador Jeová Sardinha de Moraes*  
*6ª Câmara Cível*

AI 298898-24

## INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 298898-24 (2012929889830)**, acordam os componentes da Segunda Turma Julgadora da Sexta Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, à unanimidade de votos, **em conhecer do agravo de instrumento, mas negar-lhe provimento**, nos termos do voto do relator.

Votaram, com o relator o Desembargador Fausto Moreira Diniz e o Desembargador Norival de Castro Santomé.

Presidiu a sessão o Desembargador Fausto Moreira Diniz.

Fez-se presente, como representante da Procuradoria Geral de Justiça, o Dr. Rodolfo Pereira Lima Júnior.

Goiânia, 16 de abril de 2013.

Desembargador **JEOVÁ SARDINHA DE MORAES**  
Relator